

Prof. Paulo Otero
CURRICULUM VITAE
(resumo)

1. Paulo Otero (de nome completo, Paulo Manuel Cunha da Costa Otero) é jurisconsulto de entidades públicas e privadas, exercendo ainda funções como juiz de tribunais arbitrais, especialmente em matérias envolvendo questões de Direito Administrativo e Direito Constitucional;
2. Professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desde 2005, tendo concluído a licenciatura em 1986, o mestrado em 1990, o doutoramento em 1996 e a agregação em 2004¹;
3. Exerceu já as seguintes funções:
 - Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2004/2005);
 - Presidente da Comissão Jurídica do Conselho da Nobreza Portuguesa (1998/2002);
 - Coordenador do Centro de Investigação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2006/2008);
 - Membro do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1996/2013) e do seu Conselho Pedagógico (1987 e 2004);
 - Membro da Comissão de Apreciação dos Estatutos das Universidades e dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público, Particular e Cooperativo (1989/2004), do Grupo de Trabalho encarregue de elaborar o “Livro Branco sobre o Setor Empresarial do Estado (1996) e da Comissão incumbida de proceder à revisão da legislação interna sobre o Direito do Mar (1998/2000);
 - Vogal da Comissão do Domínio Público Marítimo (1997/2000);
 - Membro do Painel de Avaliação de candidaturas individuais para a atribuição de bolsas no âmbito da Medida 4 do Programa Parxis XXI por indicação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

¹ Exerceu ainda funções como docente da Universidade Autónoma (1986/1987) da Universidade Internacional (1987/1994), da Universidade Lusíada (1996/1998), do Instituto Superior Naval de Guerra (1998 a 2001) e da Universidade Moderna (1999/2001).

- (1997); membro do júri de avaliação e seleção de candidatos à carreira diplomática no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1998);
- Assessor dos Advogados do Estado Português junto do Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, no caso referente a Timor Leste/Austrália (1991/1995).
4. É, desde 2012, diretor da revista “Direito & Política / Law & Politics”, integrando ainda o Conselho de Redação da “Revista de Contratos Públicos” (2011) e o Conselho Científico da “Revista de Direito Público do Economia” (Brasil, 2003).
5. A experiência arbitral, sem prejuízo da intervenção como jurisconsulto em diversos processos arbitrais e cujo elenco se torna impossível de reconstruir, centra-se na participação como árbitro nas seguintes ações:
- Instituto Nacional de Garantia Agrícola / Tagol;
 - Construtora do Tâmega e Zagope – Construções e Eng^a. S.A. / Mafra Atlântico – Vias Rodoviárias, E.M.;
 - AENL – Autoestrada do Norte Litoral, S.A. / Estado Português;
 - Repsol Portuguesa, S.A. / Ascendi Costa da Prata – Autoestradas Costa da Prata, S.A.;
 - Hagen Engenharia, S.A. / Parque Escolar, EPE.;
 - MRG – Engenharia e Construções S.A., João Jacinto Tomé, S.A., e Tecniarte – Projetos e Construções, Ld^a. / Parque Escolar, EPE;
 - Euroscut Açores – Sociedade Concessionária da Scut dos Açores, S.A. / Região Autónoma dos Açores;
 - Elos – Ligações de Alta Velocidade, S.A. / Estado Português;
 - Autoestradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A. / Estado Português.
6. É autor de mais de uma centena de títulos publicados, em matérias de Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Económico, Teoria do Direito, Direito Internacional Público e Europeu, História do Direito, Ciência Política, Bioética e História de Portugal, salientando-se os seguintes títulos com relevância no domínio da arbitragem:
- *Manual de Direito Administrativo*, I, Coimbra, 2013, reimp., 2014;
 - “*Equidade a arbitragem administrativa*” in *Centenário do Nascimento do Professor Doutor Paulo Cunha – Estudos em Homenagem*, Coimbra, 2012, pp. 827 ss.;

- “*Arbitragem interna de litígios de Direito público: a publicização da arbitragem interna de Direito privado*”, in ***Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação***, nº 5, 2012, pp. 179 ss.
 - “*Admissibilidade e limites da arbitragem voluntária nos contratos públicos e nos actos administrativos*”, in ***II Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa – Intervenções***, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 81 ss.
 - ***Direito Constitucional Português***, 2 vols., ed. Almedina, Coimbra, 2010;
 - ***Legalidade e Administração Pública: O sentido da vinculação administrativa à juridicidade***, Almedina, Coimbra, 2003; reimp., 2007; 2^a reimp., 2011;
 - ***Lições de Introdução ao Estudo do Direito***, I vol., 1^o tomo, ed. Pedro Ferreira, Lisboa, 1998;
7. Participou ainda em múltiplas conferências como orador, salientando-se as seguintes no domínio específico da arbitragem:
- “*Admissibilidade e limites da arbitragem voluntária nos contratos públicos e nos actos administrativos*”, in II Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, realizado em 4 de julho de 2008;
 - “*A arbitragem administrativa*”, intervenção num seminário sobre Arbitragem, integrado no mestrado em ciências jurídico-forenses da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 26 de maio de 2011, sob a regência da Prof^a. Doutora Paula Costa e Silva;
 - “*Arbitragem interna de litígios de Direito público: a publicização da arbitragem interna de Direito privado*”, in Jornadas Intensivas sobre a Nova Lei de Arbitragem, realizadas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 16 de fevereiro de 2012.
8. Tem sido orientador de diversas dissertações académicas (de mestrado e doutoramento) no domínio da arbitragem administrativa, integrando ainda como vogal ou presidente múltiplos júris universitários envolvendo a apreciação e avaliação de monografias sobre arbitragem em Direito Público e Direito Privado.